



Boletim Rede de Estudos Rurais

ANO 12 - NÚMERO 49 - AGOSTO/2024



Avenida Presidente Vargas, 417/9º, sala 909
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/001-39

  redesurais  redesurais.org.br

Mensagem da Diretoria

Cara/o(s) Associada/o(s)

Este mês nosso Boletim da Rede de Estudos Rurais traz mais uma novidade.

Além das seções de publicações, de eventos relacionados com os estudos rurais, de sugestão de leitura (neste boletim escrito pela Professora Cátia Grisa), agora contamos com a seção de Opinião, em que dois outros professores associados, Claudia Schmitt e Paulo Niederle, tratam do tema da Agroecologia, a partir das perspectivas política e das relações de mercado, que embora distintas, se entrecruzam e colocam desafios para a pesquisa acadêmica e para as políticas públicas.

O Brasil vai sediar a COP-30 da ONU em 2025, um momento importante na tomada de decisão política e econômica diante da emergência climática e seus impactos socioambientais. Neste cenário, o tema da Agroecologia é central no debate sobre a mitigação dos eventos climáticos extremos no Brasil, tal qual as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, mas também frente às secas intensas, entre outros eventos extremos.

Somos sede de uma enorme sociobiodiversidade, que vem sendo ameaçada pelo desmatamento, pela contaminação dos solos e águas, pelo crescimento do adoecimento de trabalhadoras/es na agricultura e de consumidoras/es de alimentos contaminados, devido a difusão de um modelo de produção de commodities para exportação, baseado no uso intensivo de insumos químicos, adubos sintéticos e venenos.

Neste Boletim, convidamos vocês a pensarem a respeito da Agroecologia conosco, postarem atividades de pesquisa e extensão que vêm realizando neste tema marcando @redesrurais, estimulando uma possível articulação mais ampla entre os/as pesquisadores da Rede, para aprofundar e fortalecer o caminho da Agroecologia como um dos pilares na transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Diretoria da Rede (2024 -2025).

DIRETORIA

Mireya Valencia Perafán (UnB)
Silva Aparecida Zimmermann (UFRRJ)
Henrique Carmona Duval (UFSCar)
Roberto de Sousa Miranda (UFAPE)
Paulo Rogers da Silva Ferreira (IMS/ UFBA)

CONSELHO FISCAL

Alfio Brandenburg (UFPR)
Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG)
Washington Ramos dos Santos Junior (UESB)

CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

Arlson Favareto (UFABC)
Betty Nogueira Rocha, brasileira (UFRRJ)
Catia Grisa, brasileira (UFRGS)
Cimone Rozendo de Souza (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazonia Oriental)
Flaviane de Carvalho Canavesi, (UnB)
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (UnB)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Leticia Andrea Chechi (UFRB)
Lívio Sérgio Dias Claudino (Unifesspa)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Ramonildes Alves Gomes (UFCG)
Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Leitura Recomendada

Por *Cátia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)*

Os grupos de consumo expressam “a reunião de fragmentos de laços de amizade, grupos religiosos, associações de moradores, movimentos políticos, experiências de aprendizagem coletiva, simbolismos variados em torno do alimento e a busca por uma sociedade e um sistema alimentar diferentes”. Esse é o tema do livro “Afeto e ativismo entre agricultores e consumidores”, publicado por Potira Preiss em 2023. O livro analisa sete experiências de grupos de consumo em cinco países: Movimento de Integração Campo Cidade, em São Paulo (Brasil); Canasta Comunitaria Utopía, em Riobamba (Equador); Gruppi di Acquisto Solidari Testaccio Meticcio e Gasper, ambos em Roma (Itália); Grupo de Consumo Vera e Grupo de Consumo de Russafa (Espanha); e De Groene Shuur, em Zeist (Holanda).

Além de analisar suas dinâmicas de funcionamento, convergências, divergências e desafios, o livro mostra que: i) longe de relações impessoais e da prevalência da racionalidade econômica como afirmado por grande parte das teorias econômicas, esses mercados são marcados por relações pessoais que influenciam a materialização das dinâmicas de abastecimento. São relações de amizade, de afeto, de comprometimento, responsabilidade, cuidado e solidariedade que constroem as interações e práticas entre agricultores/as e consumidores/as; ii) a partir de uma prática cotidiana, que é o se alimentar, esses grupos fazem ativismo alimentar e político procurando “mudar o sistema alimentar dominante, transformando as formas de como os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos”. A partir da vida cotidiana, esses atores “resistem e repelem a comida que associam a um sistema alimentar nocivo à medida que constroem outras formas de abastecimento alimentar”; iii) diferentes processos de



Cátia Grisa

aprendizagem são desencadeados nessas dinâmicas de abastecimento, seja pelo contato com novos e diversos alimentos, seja pelas dinâmicas de produção, conservação, processamento e preparação dos mesmos, ou ainda pelas histórias, memórias, conhecimentos e identidades reproduzidos. “A partir da interação cotidiana e diferentes materialidades novos conhecimentos são gerados, provocando diferentes saberes e práticas que ressignificam a comida e sua percepção frente ao sistema alimentar”.

O livro chega em um momento oportuno. Por um lado, as múltiplas crises dos sistemas alimentares hegemônicos (mudanças climáticas, má alimentação, persistência da insegurança alimentar e nutricional, incremento das doenças crônicas não transmissíveis, ameaças à biodiversidade, incremento da concentração econômica etc.) estão mais evidentes e colocam em xeque a reprodução de modelos e de práticas insustentáveis, não saudáveis e excludentes. Por outro, particularmente no contexto brasileiro, estamos em um contexto de construção e reconstrução de políticas alimentares que possam se contrapor a esses modelos convencionais e estimular processos inovadores levados a cabo pela sociedade civil, a exemplo das iniciativas analisadas no livro. >>

Fruto da tese de doutorado e escrito em uma linguagem gostosa tal qual os alimentos e as relações que a autora apresenta, o livro traz contribuições para pesquisadores, gestores públicos, “pessoas interessadas em agricultura e alimentação, que vão à feira, que cozinham por prazer e se preocupam com o comparam, mas também para aquelas que nunca pensaram nisso”.



Acesse o livro clicando aqui.

PREISS, Potira V. Afeto e ativismo entre agricultores e consumidores. Editora Appris. 2024

Eventos

clique nos títulos para acessar os links

VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (ENPSSAN)
10 a 13 de setembro de 2024
Rio de Janeiro (RJ)

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGRICULTURAS AMAZÔNICAS (SIAAM)
16 a 19 de setembro de 2024
Universidade Federal do Pará (UFPA) - Belém - Pará - Brasil

48º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
16, 17 e 18 de Outubro - Virtual
23, 24 e 25 de Outubro - Presencial
Unicamp

Sugestão de GT: GT50. Ruralidades contemporâneas: desafios teóricos e metodológicos para análise das transformações socioterritoriais, coordenado por Catia Grisa (UFRGS) e Ramonildes Alves Gomes (UFPA)

Publicações de livros e dossiês em revistas

clique nos títulos para acessar os links

Dossiê:

"AGROECOLOGIA E SUAS DIMENSÕES NA ABORDAGEM DAS URGÊNCIAS CLIMÁTICAS"

A chamada objetiva acolher artigos sobre diferentes temas que contribuam efetivamente para o debate sobre a Agroecologia como estratégia nesse enfrentamento da crise climática, tendo como “fio condutor” a necessidade de análises críticas das práticas agroecológicas e seu fazer nas organizações, sejam elas governamentais ou da sociedade civil. Recebimento de manuscritos até **09 de dezembro de 2024**.

Dossiê:

"TERRITÓRIO E DESCOLONIZAÇÃO REALIZADA NA PRÁXIS"

Desde el Sur, a revista acadêmica de edição contínua da Universidad Científica del Sur (Lima, Peru), está em fase de recepção de artigos para seu número dedicado a refletir sobre os diversos entrecruzamentos entre a descolonização da educação e os múltiplos territórios do Abya Yala, prazo até **31 de abril de 2025**.

Opinião

Por Paulo Niederle (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Agroecologia e o futuro dos sistemas alimentares

A agroecologia ainda encontra fortes resistências para se consolidar como referencial de ação pública. Há quem argumente que isso decorre da escassez de evidências científicas generalizáveis sobre os impactos dos sistemas agroecológicos. Ainda que parcialmente correta, essa não é a questão mais relevante.

O problema é que esse tipo de evidência constitui apenas um dos componentes das narrativas que disputam a atenção dos atores estatais e não estatais. Note-se que há muito menos evidências, por exemplo, sobre os impactos de vários tipos de proteínas alternativas e, mesmo assim, o setor tem ganhado tração no debate público.

Pode-se argumentar que isso se deve ao fato de que o capitalismo não se orienta apenas (ou principalmente) por narrativas, mas pelas condições objetivas de acumulação. No entanto, a financeirização faz com que a acumulação esteja cada vez mais orientada por expectativas ficcionais sobre o futuro, que tais narrativas contribuem para compor.

Corporações, startups e fundos de investimentos já estão trabalhando para criar as crises e as soluções do futuro. Agricultura de baixo carbono, regenerativa, celular, vertical... a lista é vasta. Mas essas alternativas também têm se deparado com dificuldades. Sobra dinheiro, faltam evidências e, principalmente, cresce a desconfiança com relação à narrativa que elas oferecem.

Uma importante parcela da população já não acredita nas promessas do futuro. A visão linear de progresso ofertada pelas narrativas da modernização duplamente verde dos sistemas alimentares não encontra o mesmo

apelo de outrora. O mal-estar com as promessas do futuro tem seu preço. Muitos preferem se agarrar em narrativas conservadoras que prometem um futuro mais parecido com o passado: a reedição das práticas autoritárias e predatórias dos tempos áureos da modernização agrícola. Essas narrativas amparam-se em um discurso negacionista, que recusa as evidências científicas, especialmente com relação às mudanças climáticas.

De outro modo, os adeptos da agroecologia se esforçam para construir uma narrativa que mescla evidências científicas sobre como atuar em face de um futuro radicalmente incerto e os conhecimentos tradicionais herdados de um passado que precede a modernização. Uma das principais diferenças dessa narrativa é que ela incorpora uma compreensão distinta sobre o próprio tempo. Ao invés da linearidade das narrativas modernizantes, a agroecologia propõe uma espécie de dobra temporal, de tal modo que o futuro imaginado se conecta a um passado reinterpretado, um retroalimentando o outro. As dificuldades para fazer com que essa narrativa ganhe espaço nas disputas sobre o futuro são de várias ordens. Se as alternativas para a crise implicam um questionamento radical da modernização, o problema é que, como lembra Gramsci, o velho está morrendo, mas o novo ainda não pode nascer – e nesse interregno uma grande variedade de narrativas mórbidas aparecem e ganham espaço.

A urgência e a gravidade da crise exigem respostas céleres. Os monstros estão à porta. Engana-se quem acredita que os demônios foram exorcizados. As narrativas conservadoras têm espaço, apoio popular e recursos públicos. As eleições me desmentirão? Nesses tempos bicudos, será necessário contar com todos que entendem os desafios mais imediatos que o futuro nos reserva. De maneira especialmente dramática, a crise climática exige o diálogo entre aquelas narrativas que propõem a transição para sistemas alimentares sustentáveis. >>

Nenhuma delas demonstra capacidade para constituir um novo paradigma com as mesmas pretensões totalizantes da modernização conservadora. E talvez seja exatamente do reconhecimento das insuficiências de cada uma dessas narrativas, inclusive da agroecologia, que pode emergir uma espécie de multiverso, a projeção de um futuro mais aberto, com sistemas alimentares que se expandem em múltiplas dimensões – em contraste com o discurso de via única da modernização conservadora.

As expectativas ficcionais sobre o futuro não são profecias autorrealizáveis. As narrativas importam na medida em que elas orientam a ação pública, mas o futuro é resultado de embates políticos. E aqui reside outro problema particularmente grave do atual contexto. A maior parte dos recursos públicos e privados ainda segue orientada para a reprodução da modernização conservadora. Com a melhor das intenções, muitas políticas tocam apenas na superfície do problema, a substituição de tecnologias, mas não são capazes de compreender a urgência de transformações muito mais profundas nas dinâmicas dos sistemas alimentares.

Opinião

Por Claudia Job Schmit (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Ação coletiva e dinâmicas de institucionalização da agroecologia em um cenário marcado pela retomada das políticas públicas, ofensiva do agronegócio e múltiplos tons de verde

Ao longo das últimas décadas, a agroecologia passou por um processo de afirmação como uma referência no debate público brasileiro. Incorporado, sobretudo a partir dos anos 2000, à agenda de diferentes movimentos sociais, este referencial avançou, também, em seu processo de institucionalização, tanto na academia, como nas políticas públicas. A produção de alimentos saudáveis, ecologicamente cultivados e acessíveis à população tornou-se uma bandeira para um amplo conjunto de organizações sociais. Cursos de formação em agroecologia foram criados nas diferentes regiões do país. Em 2020, o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do CNPq abrigava mais de quatrocentos grupos cujas atividades estabeleciam algum tipo de interface com a agroecologia (CABRAL, MEIER e SCHMITT, 2020). Iniciativas como os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) e as Jornadas de Agroecologia consolidaram-se como espaços de debate, intercâmbio de experiências e articulação política.

As conexões existentes entre agroecologia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) foram fortalecidas em diferentes espaços de participação social, com destaque para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Se nas décadas de 1980 e 1990, as práticas produtivas ocupavam um lugar central nos debates relacionados às “tecnologias alternativas” e ao manejo dos agroecossistemas, a transformação dos sistemas agroalimentares com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ecológica ampliou o alcance desta abordagem.

A criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) potencializou, em alguma medida, as possibilidades de incorporação de um enfoque agroecológico aos programas de políticas públicas voltados à agricultura familiar estimulando, também, articulações de >>

caráter interinstitucional envolvendo áreas como o meio ambiente, a educação, a saúde, entre outras. A implantação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), com intensa participação da sociedade civil, contribuiu para que os acúmulos gerados por um amplo conjunto de iniciativas protagonizadas pelas organizações sociais fossem traduzidos em proposições.

Mas é importante destacar que os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015 e 2016-2019), assim como as Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOS), enfrentaram inúmeras dificuldades no que diz respeito à dotação de recursos, ao seu enraizamento institucional e a sua capacidade de instituir mecanismos de coordenação das ações implementadas por diferentes agências governamentais. Os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) demarcam um ponto de inflexão na trajetória de sedimentação institucional da agroecologia impulsionada no ciclo anterior. A ruptura do processo democrático materializada no impeachment afetou de maneira profunda todo um conjunto de relações e capacidades que vinham sendo construídas, tanto pelas instituições públicas, como pelas organizações sociais. O desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, o afrouxamento da legislação fundiária e dos dispositivos de regulação ambiental, os sucessivos ataques às organizações sociais e a fragilização das instituições de ensino, pesquisa e extensão, em meio à intensificação da violência nos territórios, impactaram as experiências locais de promoção à agroecologia em todo o país.

Nesse período, novos repertórios de ação coletiva foram desenvolvidos pelo movimento agroecológico em um cenário marcado por crises diversas. Ações coletivas contra a fome e em defesa de uma “comida de verdade” mobilizaram milhares de pessoas em todo o país, sobretudo durante a pandemia de Covid-19. Associações e cooperativas trabalharam, em parceria com os

consumidores, visando manter ativos diferentes circuitos de comercialização de produtos orgânicos e da agricultura familiar. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) realizou, em nível nacional, um esforço de mapeamento das políticas municipais e estaduais em favor da agroecologia. Coordenou, também, em 2020 e 2022, as campanhas Agroecologia nas Eleições, buscando mobilizar candidatas(os) ao legislativo a assumir compromissos com as propostas apresentadas pelo movimento agroecológico.

Com a vitória da chapa Lula-Alckmin as redes e organizações da sociedade civil buscaram retomar, já na transição para o novo governo, seu protagonismo no campo das políticas públicas, enfrentando desde então inúmeros desafios. Sem a pretensão de esgotar essa reflexão, gostaríamos de apontar, ainda que brevemente, alguns elementos acerca desse processo de reconstrução dos espaços de participação social e dos programas e ações voltados à promoção da agroecologia, ainda em andamento.

Um primeiro elemento a ser considerado diz respeito ao fato de que as pressões políticas e institucionais protagonizadas por diferentes setores do agronegócio no sentido de obstruir qualquer tipo de regulamentação (ambiental, fundiária, tributária) contrária aos seus interesses não arrefeceram com o novo governo. Mesmo reconhecendo, como nos mostra Caio Pompeia (POMPEIA, 2023), a diversidade de posições assumidas pelas representações do agronegócio acerca das questões socioambientais, os projetos de ambientalização da agricultura vocalizados por esses atores passam ao largo das demandas por justiça ambiental e democratização do acesso à terra defendidas pelo movimento agroecológico. A título de ilustração vale lembrar que o ano de 2023 se encerrou com a aprovação pelo Congresso Nacional, com amplo apoio da bancada ruralista, do Projeto de Lei 1459/2022, o chamado “PL do Veneno”, institucionalizando >>

um dramático retrocesso nos dispositivos de regulação dos agrotóxicos implantados desde o final dos anos 1980.

Soma-se a isso a constatação de que o lugar da agroecologia no Plano de Transformação Ecológica lançado pelo Governo Federal, ainda é incerto. Transição ecológica, reindustrialização e descarbonização são conceitos centrais nesta iniciativa. No eixo intitulado Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares aparecem algumas referências à Agricultura de Baixo Carbono, às práticas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, aos sistemas agroflorestais e à utilização dos bioinsumos, mas não à agroecologia. Essa ausência se faz sentir em um ambiente marcado pelo avanço, em nível global, de projetos de descarbonização liderados pelo mercado, e que não contemplam mudanças substantivas – e necessárias – no perfil metabólico das sociedades (BRINGEL e SVAMPA, 2023).

Cabe chamar atenção, por fim, para a necessidade de um amplo debate sobre as estratégias de transformação dos sistemas produtivos de base familiar, sob uma perspectiva agroecológica, em um cenário de mudanças climáticas. Nos diferentes biomas brasileiros a agricultura familiar já está sendo afetada por ciclos de estiagem, enchentes, entre outros eventos climáticos extremos. Sem desconhecer o esforço de reconstrução das políticas da agricultura familiar sinalizado no período mais recente pelos Planos Safra, o crédito rural, a juros diferenciados, com suas conhecidas limitações, continua figurando como um dos principais instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar. Cabe indagar se o mix de políticas públicas hoje existente não precisaria ser reavaliado diante das necessidades enfrentadas pelos agricultores familiares na estruturação de sistemas produtivos biodiversos e resilientes, revisitando os acúmulos gerados por um amplo conjunto de iniciativas de base local, inspiradas pelos princípios da agroecologia, ao longo das últimas décadas. Feitas essas observações, nos parece fundamental reforçar

que em meio a uma série de descontinuidades, a ação coletiva em favor da agroecologia continua dando mostras de vitalidade, alimentando um rico tecido social capilarizado nos diferentes biomas brasileiros, investindo esforços na reconstrução da CNAPO, do CONSEA, entre outros espaços de participação social e potencializando espaços plurais de intercâmbio de conhecimentos e fortalecimento político, a exemplo do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. Nueva Sociedad, 306, julio-agosto 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em: 19/08/2024.

CABRAL, L. A. da Silva.; MEIER, M.; SCHMITT, C. J. Institucionalização da agroecologia no campo científico: reflexões a partir dos grupos de pesquisa do CNPq. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, pp. 1-5, 2020: Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. Revista de Antropologia, v. 66: e202839, pp. 1-27, 2023.



Associe-se à Rede de Estudos Rurais!

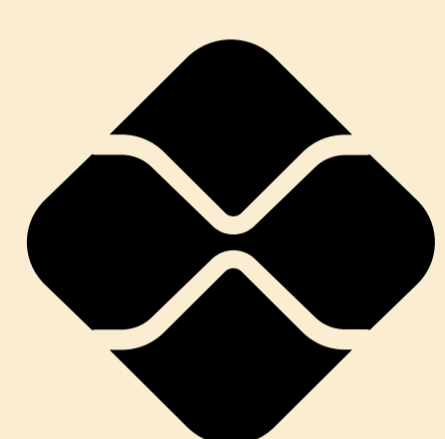
Agora a Rede está com facilidade e novas formas de pagamento para as anuidades dos associados.

Esta é uma ótima oportunidade para você colocar a anuidade em dia, pois estamos com a opção de parcelamento do valor no cartão de crédito e pagamento via PayPal para pessoas que residem fora do Brasil.

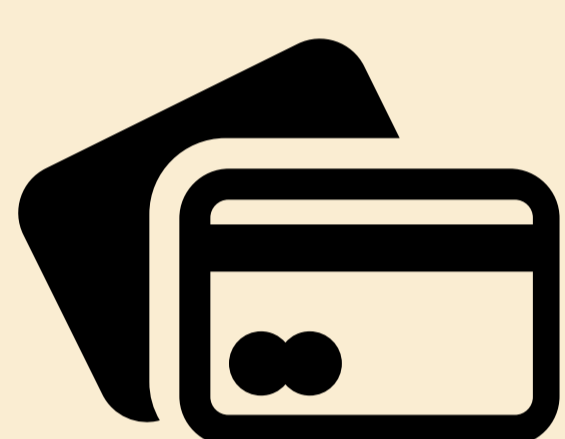
Também temos outras opções de pagamento, como:



PayPal



Pix



Cartão de crédito



Casas lotéricas



Boleto bancário



Avenida Presidente Vargas, 417/9º, sala 909
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/001-39

  redesurais  redesurais.org.br